

# O DISCURSO DE KEYNES: RETÓRICA NA TEORIA GERAL

## RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar a plena compatibilidade de se tratar a Revolução Keynesiana a partir de uma fusão entre a análise retórica e o modelo explicativo de Thomas Kuhn, com seus paradigmas, especialmente na *Teoria Geral*. Em que pesem considerações em contrário, no presente estudo, defende-se que os únicos inconvenientes se restrinjam a uma questão de grau de importância, atribuído ora a um método de se contar a história da ciência, ora a outro. A conclusão a que se chega dá conta de que a retórica uma grande influência na constituição do paradigma keynesiano e na sua defesa ou disseminação.

**Palavras-chave:** 1) Retórica 2) Keynes 3) Metodologia

## ABSTRACT

*The present study intends to demonstrate the compatibility of treating The Keynesian Revolution from the melting between the rhetoric analysis and Thomas Kuhn explicative model with his paradigms, especially in the General Theory. Although the considerations in contrary, it is advocated that the only inconvenient are restricted to the degrees of importance attributed to a way of telling the science history, or another. The main conclusion stated shows that the rhetoric has a great influence in the constitution of the Keynesian's paradigm and in your defense.*

**Keywords:** 1) Rhetoric 2) Keynes 3) Methodology

**AUTOR:** JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA (UFPR) (FARESC) e (UNICENP)  
e-mail: [Jg.vieira@uol.com.br](mailto:Jg.vieira@uol.com.br)

**Área 1: Metodologia, História e Economia Política**

## O DISCURSO DE KEYNES: RETÓRICA NA TEORIA GERAL

*“Descarta-te do siso e da ciência, máximas forças do homem! Crê somente nas ficções dos espíritos falazes, e és meu sem redenção! Deu-te o destino alma que, desdenhando os bens do mundo, só aspira vaidosa a bens sem termo. Com estes posso eu bem”.*

*Mefistófeles in: Fausto (Goethe)*

### 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS:

Esclarecer as bases sobre as quais se fundam as crenças e se erguem ramos de estudos específicos que evoluem formando as comunidades científicas, cujos membros partilham de uma mesma visão de mundo e que, em conjunto, determinam os rumos dos empreendimentos acadêmicos e práticos sob a forma de conhecimento científico, numa determinada época, exige determinados cuidados.

Na economia, por exemplo, predomina hoje uma certeza sobre a forma “correta” de se pensar e proceder a análise dos fenômenos da natureza com que ela se preocupa e nesse ramo específico do conhecimento, segue-se atualmente o caminho da “purificação”. *Purificar* significa, por sua vez, *excluir* das análises econômicas quaisquer elementos estranhos ao mundo dos fatos matemática ou estatisticamente demonstráveis, tais como algumas das características das organizações sociais, estruturais, históricas e culturais que fizeram parte de vários dos principais estudos da velha economia política.

Via-de-regra, não se discutem os fundamentos e, tampouco, os métodos utilizados pelos economistas para chegarem às suas proposições teóricas. É comum ouvir-se dizer, quando muito, que alguns foram apresentados a essas questões metodológicas por meio de um ou outro *paper* [as *if* um ou outro trabalho pudesse dar conta de explicar a maneira como se fez e se faz a “ciência” econômica].

De alguma forma, os pesquisadores que se dedicam ao estudo da economia nos dias de hoje, assim como a maioria dos estudantes dessa “ciência”, percebem que a melhor forma de se obter “sucesso” nas suas carreiras, atingirem a notoriedade acadêmica, serem respeitados enquanto *cientistas* e pesquisadores, é seguir as regras vigentes, mais ou menos explícitas, da abstração da realidade em favor de mundos idealizados a partir de certos axiomas centrais (marcadamente a-históricos). São, aliás, esses axiomas que servem de base para um vasto número de aplicações ora factíveis ora questionáveis na “ciência”. Dentre essas regras, a formalização matemática e o uso e *abuso* da econometria são apresentados como ferramentas indispensáveis para se chegar à Verdade sobre alguma questão, pela corrente que agora domina a economia.

BLAUG (1998), WOO (1986), MAYER (1993) e MCCLOSKEY (1991), por exemplo, questionaram as ferramentas utilizadas pela economia “pura” para chegar aos seus resultados. Mas, em geral, dentre os que rejeitaram esses métodos, a crítica se deu mais no sentido da forma como essas ferramentas foram sendo utilizadas - ao estarem, cada vez mais, constituindo-se num fim nelas mesmas, desprendendo-se do universo das preocupações “do mundo real” - do que uma crítica às próprias ferramentas. É, portanto, acerca da forma como os economistas as utilizaram que foram realizadas a maior parte dessas críticas. Na realidade, foram poucos os que contestaram o fato de que elas [as ferramentas] fizeram, fazem e devem fazer parte da conversa dos economistas, embora não devessem ser colocadas no primeiro plano.

É curioso o fato de que parte dessa discussão – e suas implicações – tenha se perdido ao longo do tempo. Pigou, por exemplo, lembrou o que disse Marshall a esse respeito.<sup>1</sup>

Nos últimos anos, tive um sentimento cada vez maior em relação ao meu trabalho de que um bom teorema matemático que trata de hipóteses econômicas dificilmente se transformaria em uma boa economia: e fui muito além das regras – (1) Use a matemática como um idioma taquigráfico, em vez de um mecanismo de investigação. (2) Guarde-os até que você termine. (3) Traduza para o Inglês. (4) Depois, ilustre com

<sup>1</sup> Extraída de: PIGOU, A. C. *Memorials of Alfred Marshall*. Londres: Macmillan, 1925, p. 475. In: BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. Trad. Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005

exemplos que sejam importantes para a vida real. (5) Queime a matemática. (6) Se você não conseguir o item (4), queime o (3). Esse último eu fiz com frequência.

Nesse caminho em direção a uma “ciência” cada vez mais pura, alguns elementos - e mesmo conjuntos todos de argumentos outrora relevantes - vêm perdendo espaço nas pesquisas econômicas. Discussões acerca da ética, dos valores do ser humano e do seu comportamento - bem como dos acordos todos que definiram a sua evolução como um ser social, produtor e disseminador do saber científico - desapareceram do elenco de objetos *legítimos* da economia. Isso contribuiu para fazer com que, hoje, pertençam a outros ramos de estudos, a outras “ciências” que não à própria economia.

Os defensores da economia “pura”, ao se apropriarem do crescente prestígio de algumas de suas ferramentas (essas últimas tomadas das ciências naturais) parecem querer atribuir ao ramo de estudos a que se dedicam, a exclusividade do caráter *científico* que ostentam algumas dessas ciências como a Física, por exemplo, uma ciência madura como diria Kuhn.

Assim, como critério de demarcação entre o que é “ciência” e o que não é “ciência” econômica, toda argumentação que não possa ser formalizada e “*provada*” se torna indigna de merecer algum crédito (não podendo ser considerada como pertencente a esse ramo da Ciência). Tratar-se-ia, por assim dizer, de Metafísica.

Na análise metodológica do “progresso” científico (seja da Ciência em geral ou de algum de seus ramos de estudos específicos, como aquele em que este trabalho se concentra: a economia) poucos assuntos são tão interessantes quanto os possíveis critérios de demarcação dos limites entre o que é e o que não é aceito como *científico*.

Se, como disse CHALMERS (1994, p. 27), a visão recebida atesta que “conhecimento científico é conhecimento provado” e “teorias científicas são derivadas de maneira vigorosa da obtenção dos dados da experiência, adquiridos por observação e experimento” onde “a ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc” e que “opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência”, então não há o que discutir. Resta pouco espaço para aquilo que não pudesse ser convertido, de imediato, em dados *concretos*, observáveis aos olhos de todos. Resta pouco espaço também para a evolução de qualquer “ciência”. Que não haja dúvida: Não existem tais fatos *concretos*, seja no sentido que pretende o autor e dos que partilham de sua visão de mundo, seja em qualquer circunstância.

Mas, não é essa a maneira única de se pensar e demarcar os limites do que se entende por “ciência”. Experimentos e provas não estão também isentos de influências da *metafísica* como parecem querer os “puristas”. Um fato concreto é uma observação à luz de uma teoria que o precede e, por isso, não é outra coisa senão uma manifestação desta em algum grau.

Felizmente, cresce o número de estudiosos que observam que o pensamento único - característico das ciências *duras* - não é nem o começo, nem o fim da história. Trata-se, por assim dizer, da cristalização de uma forma de ver o mundo que determina os rumos da prática científica numa determinada época. Deve ser entendido, pois, como uma fase do desenvolvimento científico, derivado de inúmeras interações entre o grupo de cientistas que predomina em dada “ciência” com a natureza e os seus mecanismos de explicação e disseminação das suas idéias, a partir das práticas dessa comunidade.

No século XX, em especial, existiram várias ocasiões em que se discutiu a influência das idéias estabelecidas para o entrave ao desenvolvimento de vertentes teóricas que desafiavam a prática da pesquisa desenvolvida pelas comunidades científicas então estabelecidas (Kuhn e Lakatos como exemplo). Em muitos estudos, promoveu-se uma tentativa de verificar o quanto essa postura deixava ou não de ser importante para o “progresso” da “ciência” (se assumir a hipótese de haver o tal “progresso” científico).

Falou-se da necessidade de se verificar a validade do desenvolvimento desse ou daquele método para o trato das coisas. Houver também quem advogasse em favor de um determinado método de se fazer “ciência”, em particular. Alguns ainda argumentaram em favor do pluralismo metodológico, outros do ecletismo ou mesmo em favor de não se defender qualquer método. Em todos esses casos, existiu também a preocupação de compreender melhor a maneira de se pensar a

“ciência” social e, no caso da economia em particular, houve ainda quem questionasse inclusive o fato de esta vir mesmo a ser considerada uma “ciência”.<sup>2</sup>

Diante da necessidade de corrigir as distorções, conscientes ou não, embalsamadas naquilo que se chama de *história contada pelos vencedores* (nas salas de aulas, nos congressos e revistas especializadas e nos *manuals*) surge a necessidade de se apontar para o equívoco do tratamento que vem sendo dispensado para a história do pensamento econômico, pela corrente dominante.

Ao colocar no segundo plano a análise dos trabalhos clássicos que apresentam a maioria dos conjuntos de *fundamentos* que constituem a base da evolução da “ciência”, perde-se uma parcela da riqueza da mesma. Parte dos empreendimentos científicos, da criatividade dos fundadores e mesmo do esforço de pesquisa empregados é perdida, pouco a pouco, ou sobrevive desgastada, agonizando em pequenos grupos de “excêntricos”, relegados a guetos específicos com pouca expressão.

Como, de fato, empreender um trabalho que se proponha a recontar a história da economia, por uma outra perspectiva, seria uma tarefa bastante ambiciosa (para não dizer impossível) para um só pesquisador, pretende-se investigar, nesse trabalho, um episódio específico da evolução da “ciência” econômica à luz de duas linhas de pesquisas metodológicas, cuja plena compatibilidade se defende aqui. Trata-se, por assim dizer, de um esforço analítico que busca na Retórica uma possível explicação para a constituição e expansão da *comunidade científica* que domina no campo de estudo e que dirige a prática do que Kuhn denominou como “a ciência normal”. Poder-se-ia dizer, de outra forma, que tentaremos apresentar duas maneiras que se complementam de se contar uma “Revolução Científica”.

Tratar a Retórica como um elemento relevante para o progresso de um “paradigma” não é conflitante com a exposição kuhniana da “evolução” da ciência. Bresser-Pereira (1996, p. 178), por exemplo, sustenta que “a importância atual da Retórica é apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn”. Isso porque, em sua opinião, mesmo que se atente para o rigor específico na condução de pesquisas, nos testes de hipóteses e na análise da adequação do paradigma a natureza e vice-versa, a chave do sucesso se resumiria no *convencimento* de uma *comunidade científica*.

BIANCHI e NUNES (2003, p. 154) parecem sustentar algo semelhante quando afirmam que “Graças à leitura dos dois mais importantes livros de Kuhn, a saber: *The Structure of Scientific Revolutions* (1970) e *The Essential Tension* (1977), aprendemos a completar uma reconstrução puramente intelectual das idéias econômicas com elementos de história econômica, política econômica, instituições que organizam a profissão, bem como **redes de comunicação entre especialistas** e entre especialistas e leigos”. [Sem grifos no original]

Se, por um lado, a técnica já tenha sido utilizada (ou ao menos sugerida) por esses autores como sendo válida para contar a história do pensamento econômico, por outro, acredita-se que não tenha sido esgotada na análise de episódios específicos a ponto de por em risco alguma nova contribuição como a que se pretende dar no presente trabalho.

Assim é que, a partir das contribuições de ARIDA (1983) e MCCLOSKEY (1983) que demonstram haver um papel para a Retórica também na economia, acredita-se aqui ter sido encontrada uma nova oportunidade de se explicar o “sucesso” dos empreendimentos científicos nesse ramo de estudos.

Entende-se por *sucesso* a conquista do público acadêmico por parte de uma teoria que venha a reger a prática da “ciência” por meio de uma *comunidade acadêmica* específica bastante coesa em torno de um paradigma. Assim sendo, um caso que imediatamente vem a nossas mentes, enquanto economistas, é a ascensão do paradigma keynesiano ao *status* de corrente dominante na “ciência” econômica até fins dos anos 1960.

Acredita-se que as contribuições e realizações científicas não estejam livres das regras de conversação e do discurso, presentes em outras atitudes do ser humano. Assim, compreender e aprender em que medida elas interferem no processo de pesquisa e na evolução da ciência, passa a ser fundamental para o entendimento das diversas *realidades* que se apresentam.

---

<sup>2</sup> Ver: Caldwell (1984), Bianchi (1992) e Fernández (1999).

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a investigar o papel da Retórica para o sucesso daquela que a evidência aponta ser a maior Revolução Científica já experimentada na economia: a queda do assim chamado “modelo Clássico” e sua substituição pelo paradigma keynesiano. Acredita-se que, embora haja elementos claros de uma “revolução”, a partir de negações dos axiomas e pressupostos básicos da visão de mundo dos que vieram antes (numa forma típica de derrubada de paradigmas científicos) exista ainda espaço para explorar outros elementos causais menos discutidos, entre os quais, a Retórica.

## 2. RETÓRICA NOS PARADIGMAS: A TEORIA GERAL COMO DISCURSO

No presente trabalho apresenta-se a “Revolução” Keynesiana como um típico exemplo de uma *Revolução Científica* a partir da análise da evolução das Ciências empreendida por Kuhn em 1962. Defende-se, também, a existência de um vasto espaço para a discussão dos fundamentos metodológicos do discurso keynesiano e da maneira como esse autor elaborou e apresentou suas principais teses naquela que foi a sua principal obra “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*”. Acredita-se, a princípio, que a análise da Retórica de Keynes na *Teoria Geral* permitirá compreender, em grande medida, os motivos que contribuíram para o sucesso e para o reconhecimento que suas teses alcançaram junto à comunidade dos cientistas profissionais e, completar a reconstrução desse capítulo da história econômica numa perspectiva kuhniana.

Cabe desde já explicar o porquê de se utilizar da *Teoria Geral* (doravante *T.G.*) como ponto de partida para a análise da “Revolução” Keynesiana. A escolha feita aqui é derivada das considerações de Keynes que a reconhecia como a coletânea de suas teses no estágio mais amadurecido, especificamente voltada para o seletor público acadêmico composto por economistas profissionais, *auditório* que ele procurava persuadir de que a teoria econômica até então aceita [a Teoria Clássica] estava equivocada e não era capaz de dar conta de explicar o que se passava no “mundo real”, na sua época. Ao se constituir, portanto, no discurso principal ou na peça de conversão da comunidade científica para a nova filosofia econômica, ela [a *T.G.*] afigura-se como o melhor objeto para a análise do papel da Retórica para a consolidação do *paradigma* keynesiano.

KUHN (2000), como se sabe, apresentou um modelo que se propunha a explicar a evolução das ciências a partir de um início primitivo, onde inúmeras escolas, ou mesmo pesquisadores isolados, competiriam para ver suas teorias e pontos de vista serem aceitos pelos demais cientistas como uma descrição fiel da “realidade”.

Após um estágio inicial, quando, segundo esse autor, a maioria dos cientistas se agruparia ao redor de um conjunto de crenças comuns, métodos e procedimentos igualmente compartilhados no estudo de problemas por eles eleitos como os mais relevantes, os cientistas desenvolveriam trabalhos destinados a provar o acerto (ou a correção) desse modo particular de encarar o mundo [chamado por Kuhn de *paradigma*] para com a descrição dos fenômenos por eles estudados.

A Ciência evoluiria, assim, através de pesquisas de uma *comunidade científica* reunida em torno de um *paradigma* até que esse já não conseguisse dar conta de explicar os problemas da natureza (ocasião em que, simultaneamente, surgiria um novo paradigma que daria conta dessa tarefa). Esses momentos de rupturas caracterizariam então as “Revoluções Científicas”. Para Kuhn (2000), as revoluções do pensamento são definidas como um momento de desintegração da visão tradicional numa disciplina e, a partir delas, surgiriam novas formas de ver o mundo, de explicar o novo e também de contar o passado.

Todavia, tratar a chamada “Revolução” Keynesiana numa perspectiva kuhniana não se constitui numa tarefa simples. Isso porque um dos primeiros problemas enfrentados por aqueles que se disponham a trabalhar um paradigma vem da própria definição (ou delimitação) desse conceito. A crítica mais comum deriva-se da constatação de que é praticamente impossível se chegar a um acordo com relação aos principais pressupostos de um paradigma, o que complica a análise do mesmo.

Na economia, frequentemente, se faz referência à publicação da *Teoria Geral* de Keynes como um desses momentos de ruptura de paradigmas *à la* Kuhn. Para muitos, a ascensão da visão de mundo de Keynes à condição de *corrente principal* da economia, lá pelos idos da Segunda

Guerra Mundial, marca a derrocada do paradigma Clássico e eis que então, da análise dos desdobramentos desse episódio, a evolução da “ciência” econômica, apresentada através do modelo de sucessão de paradigmas de Kuhn, parece ajustar-se com a sua própria natureza. Todavia, essa não é uma questão resolvida já de partida. Antes disso, há que se levar em conta uma série de juízos paralelos que poderiam estar convergindo para essa transição de modelos.

Entre os juízos alternativos, poderíamos citar, rapidamente, aqueles que se baseiam no papel que as ideologias das diferentes classes sociais poderiam ter desempenhado na quebra dos arranjos institucionais da época, facilitando o recebimento de novas teorias que se propusessem a dar explicações sobre o que estava “errado” no paradigma aceito até então e que, além disso, apontassem um caminho para sair da crise. Outro fator externo poderia estar ligado ao fato de que as pressões econômicas por uma reconstituição das condições necessárias para a vigência e manutenção do modo de produção capitalista (ante a *desagradável* constatação de que o modo de produção alternativo em vigor nas Repúblicas Soviéticas não havia ruído) também poderiam ter contribuído, de alguma forma, para abalar a crença no sistema de livre mercado e que esse pudesse ser ao menos questionado em alguns de seus “fundamentos”.

Porém, se de alguma forma se reconhece a possibilidade de fatores “externos” ao campo puramente teórico da economia darem conta, ao menos em parte, da explicação para a dissolução de uma corrente de pensamento, não deve haver dúvida que, ao se utilizar de Kuhn para contar a evolução de uma “ciência”, estes elementos assumem, de imediato, um papel secundário, *marginal*, por assim dizer, nesse processo. Para ser fiel ao esquema analítico apresentado por esse autor, a principal fonte das mudanças deve ser encontrada dentro da própria “Ciência”, a partir da análise de teorias alternativas que possam dar conta de explicar elementos “*objetivos*” da “realidade”, como sendo os pontos primordiais para o abandono de uma tradição científica em favor de outra.

## 2.1. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DA RETÓRICA POR KEYNES

ANUATTI (2003, p. 284) realizou um estudo no qual alertava sobre a preocupação de Keynes em conquistar diferentes públicos bem antes da publicação da *Teoria Geral*: “*especificamente, Keynes identificava três grandes categorias de audiências ou esferas de comunicação: os economistas profissionais, formadores de opinião ou opinião pública educada e opinião pública em geral*”. Para cada público, Keynes se colocou em flancos diferentes: artigos em jornais de grande circulação, entrevistas, debates e transmissões radiofônicas constituíram-se nos meios de propagação de suas idéias, uma espécie de preparação do terreno para a batalha final a ser travada com seus colegas economistas.

Tomando por base o esforço pessoal de Keynes, filho de um ilustre economista e metodólogo, empreendido nos anos que antecedem a publicação da *Teoria Geral*, através do expediente da publicação de artigos na mídia de massa, entrevistas concedidas aos principais meios de comunicação radiofônicos, artigos publicados em revistas especializadas (como o *Economic Journal*, por exemplo) e uma série de palestras ministradas para diferentes públicos (cujo único interesse era demonstrar os equívocos cometidos pela *corrente principal* da economia, no trato de questões relevantes a essa área do conhecimento humano)<sup>3</sup> pode-se dizer que Keynes conhecia bem o caminho que deveria trilhar para *persuadir* os seus colegas economistas profissionais de que as teorias econômicas, as quais governavam a prática científica até aquele momento (décadas de 1920-1930), estavam “erradas” e que eram incapazes de explicar o que se passava no “mundo real”.

O discurso empreendido naquela que ficou conhecida como a sua principal obra é claro exemplo do quanto a análise Retórica pode ajudar a entender como a Ciência avança. No decorrer do presente texto, poder-se-á observar, entre outras coisas, claros indícios de que a *Teoria Geral* apresenta características típicas de um discurso persuasivo, seja em estilo, seja em forma.

---

<sup>3</sup> Uma extensa lista de trabalhos elaborados por Keynes nesse sentido é apresentada por ANUATTI (2003) que estuda o esforço de persuasão de Keynes junto à opinião pública e os economistas profissionais.

## 2.2. A ABORDAGEM AO PÚBLICO:

O prefácio da edição inglesa, escrito em dezembro de 1935, foi, por exemplo, praticamente um apelo ao auditório por um pouco de sua atenção. Nesse texto, Keynes apresentou a Teoria Clássica como sendo um *caso especial* da sua teoria, a qual se diferenciaria da primeira porque teria um caráter *geral*,<sup>4</sup> e que seria válida para todas as possíveis situações de equilíbrio. Transformar a tese que se ataca num *caso especial* da sua própria tese, ou ainda, como uma particularidade específica, é um conhecido artifício de retórica, muito bem lembrado por ARIDA (1983).

Apenas alguns poucos esclarecimentos formais sobre a estrutura do livro em si foram ali fornecidos. Especificamente, Keynes disse que os seus estudos estavam circunscritos na esfera da produção e do emprego, seus objetos de estudo, portanto. A maior parte desse prefácio foi dedicada a outro tipo de reflexão, como segue.

Logo no primeiro parágrafo ele dizia que estava escrevendo um livro dirigido a seus colegas economistas, elegendo-os assim como o seu auditório. Chamou a atenção para o fato de que diante da “desgraça” em que caíra aquilo que ele viria a chamar de “economia clássica”, seria necessário que todos despendessem algum tempo à reflexão sobre os problemas reais da economia. A seguir, citou sem nenhuma hesitação a coerência lógica da teoria tradicional até então aceita por esse auditório (o qual pretendia persuadir) quando restrita à análise da lógica da mesma. Isto é, o ataque à teoria aceita, não se daria então na direção de criticar o raciocínio, a lógica, a capacidade de lidar com essa teoria, ou mesmo às inteligências daqueles que a utilizavam como ponto de partida para os seus trabalhos (aliás, como ele próprio já o fizera antes, fez questão de ressaltar).

Essa estratégia se mostrou bem sucedida à medida que minava algumas das resistências do público, por não se mostrar agressiva à moral dos pesquisadores, os quais teriam sido levados ao “erro” por outros motivos. E que motivos seriam esses? Nesse prefácio, ele não deu uma resposta específica, como a que apareceu na versão francesa, como veremos. Mas quando afirmou que só poderia conseguir atingir seu “*objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos de seus postulados básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita controvérsia.*” (KEYNES, 1996, p.27) estava apontando para elas [as premissas do modelo clássico] como tendo alguma responsabilidade nesse processo. O reexame do modelo clássico a partir das premissas, era tarefa para profissionais, público que ele tinha em mente quando escrevia a *Teoria Geral*. Isso ficou claro quando diz que era a seus colegas economistas “*e não ao público em geral, que [teria] o que convencer em primeiro lugar*” (*ibid*, p.27).

Finalizando esse prefácio à edição inglesa, como desfecho de uma argumentação quase toda em forma de apelo pela atenção do auditório para os argumentos que estavam por vir, descreveu o seu “doloroso” processo de libertação da filosofia com a qual se formou [ou seja, filosofia de seu antigo grupo], ao longo dos anos, quase que clamando por um comportamento semelhante do ouvinte, concluindo com a famosa frase “*A dificuldade não está nas novas idéias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós, por todos os cantos de nossas mentes.*”

No prefácio da edição Japonesa, Keynes apontou Marshall como um continuista dos ensinamentos de Ricardo, logo no primeiro parágrafo. Lá, KEYNES (1996, p.35) afirmou que a obra de Marshall “em grande parte consistiu em enxertar o princípio marginalista e o princípio da substituição na tradição ricardiana” e que a *T.G.* “representaria uma reação, uma transição no sentido de o afastar dessa tradição clássica (ou ortodoxa) inglesa”.

Logo após dar esses esclarecimentos, Keynes se mostrou otimista com a possível acolhida que poderia ter no Japão dado que os japoneses do Círculo Econômico Internacional de Tóquio teriam escolhido traduzir como primeiro livro para toda uma série de escritos econômicos (chamada Série de Reproduções de Tóquio) os *princípios de economia política* de Malthus. Isso levou Keynes a acreditar que a *T.G.* por “*ser um livro que descende de Malthus mais do que de Ricardo*

---

<sup>4</sup> O título do livro em si já seria uma evidência de suas ambições. O leitor certamente poderia associá-lo às pretensões da *Teoria Geral da Relatividade*, de Einstein, ou seja, com um livro que marcou uma Revolução.

*pudesse ser recebido com simpatia*” pelos japoneses. Assim, Keynes intencionou pegar na autoridade de Malthus diante dos japoneses.

Contudo, foi somente a partir do prefácio à edição alemã que começaram a aparecer as evidências da preocupação de Keynes com auditórios específicos. Nesse caso, Keynes afirmou que na Alemanha não havia esse predomínio da tradição Clássica inglesa e que, muito além disso, havia clara discordância com a ortodoxia inglesa entre os partidários da Escola de Manchester e também entre os marxistas (ressaltando, porém, que ambas as escolas descendiam de Ricardo). Para o público alemão, suas reflexões o levaram a apontar a linha teórica de Wicksell como “*a argumentação não ortodoxa mais importante*”, mas lamentou o fato de que teria sido menosprezada pelos próprios alemães.

Assim, Keynes descreveu o que se passava na Alemanha de forma bem diferente do resto do mundo (já que, lembremos, ele afirmou que a teoria Clássica era compartilhada por praticamente todo o mundo, no prefácio inglês). Nesse *caso específico* (e o leitor já verá que não foi o único caso específico), os alemães “*bem ao contrário de seus hábitos na maior parte das ciências, contentaram-se, por todo um século, em ficar sem uma teoria formal de economia que fosse predominante e geralmente aceita*”. Isso levou Keynes a fazer a seguinte reflexão: “*Talvez, portanto, eu possa esperar menos resistência por parte dos leitores alemães do que dos ingleses ao oferecer uma teoria do emprego e da produção como um todo que diverge em aspectos importantes da tradição ortodoxa*”. (KEYNES, 1996, p.32)

Já com relação ao prefácio da edição francesa, escrito três anos depois da primeira publicação da *T.G.*, Keynes fez algumas modificações nada acidentais, se o compararmos com o prefácio inglês. Além de incluir esclarecimentos teóricos sobre algumas das críticas que apareceram entre 1936 e 1939, numa típica defesa do contraditório [especial ênfase dada à questão poupança-investimento] ele se dirigiu aos franceses de uma maneira diferente.

Primeiramente, Keynes fez questão de se desculpar perante os franceses, pois “*na França, não houve uma tradição ortodoxa com a mesma autoridade sobre a opinião contemporânea como houve em meu país [Inglaterra]*”. Frase interessante, pois ele havia dito em várias ocasiões que a teoria Clássica governava a ciência econômica até então praticamente sem deixar espaço para outros pontos de vista. Como esse não parecia ser exatamente o caso da França, nem o da Alemanha que era completamente distinto desses dois, completou dizendo que “*Se Charles Gide tivesse atingido a mesma influência e o mesmo prestígio de Alfred Marshall, a posição de vocês, franceses, seria mais semelhante a nossa*.” (KEYNES, 1996, pp. 37-38). Como se vê, o auditório diferenciado exigiu alguma alteração no discurso de abertura da *Teoria Geral*. A falta de uma autoridade ortodoxa francesa teria contribuído para essa condição especial, menos apegada à visão Clássica de mundo.

Mas, o ponto que mais chamou nossa atenção nesse prefácio diz respeito à maneira como ele procurou se *identificar*, de alguma forma, com esse auditório [com os franceses]. Como se sabe, ao longo da *Teoria Geral* [na verdade, desde o princípio], Keynes atacou diretamente a obra de um economista francês [J. B. Say]. Mas, nesse prefácio à edição francesa da *Teoria Geral*, as considerações aos equívocos a que a lei dos mercados de Say, inevitavelmente, levaria só apareceram depois de um resgate de uma outra autoridade francesa, a saber: Montesquieu, “*que foi o verdadeiro equivalente francês de Adam Smith, o maior de todos os economistas, muito acima dos fisiocratas em termos de inteligência penetrante, clareza de idéias e bom senso (que são qualidades que um economista deveria ter)*”. Surpreendentemente, depois de todo esse apreço inicial declarado à Montesquieu, é no mínimo curioso o fato de que ele não tenha mais sido lembrado na *Teoria Geral*. Talvez esse procedimento seja um exemplo do que PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996, p. 73) escreveram com relação à argumentação perante o auditório.



Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo de auditório. Esse acordo tem por objetivo ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva.

### 3. O DISCURSO PRINCIPAL: A TEORIA GERAL

É possível perceber a semelhança do arranjo de formatação da *T.G.* com as partes de um discurso persuasivo propostas por Aristóteles na sua obra *Arte Retórica*. A *T.G.* começou por um **exórdio**, primeira parte de um discurso persuasivo, de onde rapidamente se visualizava uma declaração de propósitos do seu autor. O ataque a “cidadela” (como Keynes certa vez se referiu à teoria Clássica) deu-se numa lógica bastante conhecida de discurso. Num primeiro momento, o autor procurou introduzir, de forma sucinta, a tese que viria a atacar “apresentando” os seus “fundamentos”, bem como o seu alcance, estabelecendo um pacto inicial com o ouvinte acerca do que viria a se constituir no objeto que trataria e combateria em seu discurso.

Logo em seguida, Keynes dividiu a sua tese em partes que comporiam um todo, maior e mais complexo; apresentou também um conjunto “evidências” como se fossem “provas” da correção de sua análise do que se passava na economia. Utilizou-se também de argumentos de autoridades e metáforas diversas através das quais procurava validar seus procedimentos analíticos. Numa análise mais detalhada da *T.G.* pode-se encontrar também uma série de “fatos” que, muito embora se pretendessem “concretos”, quando expostos pelo seu autor, ora poderiam ser lidos de uma forma, ora de outra. Esse último ponto já deve ter ficado um pouco mais claro a partir das considerações sobre o já citado *prefácio* à edição inglesa da *Teoria Geral*. Os casos específicos de discordância sobre o predomínio da tradição Clássica, por exemplo, já não eram poucos.

Igualmente perceptível era o fato de que, ao pretender se dirigir primeiramente “aos seus colegas economistas”, os elementos “externos” à economia só poderiam tomar parte no discurso, como fatores que se aglutinariam em torno do conjunto de todas as demais “evidências” de caráter *objetivo* de que a Teoria Clássica já não seria válida e, portanto, estariam exilados do discurso principal. O que havia de *objetivo* na economia, segundo Keynes, era a teoria fundada por Smith e cristalizada por Ricardo. Assim sendo, como estratégia de discurso, Keynes atacaria aquilo que se chamou de visão tradicional, ou o paradigma tradicional da “ciência” econômica, a partir do seu próprio entendimento do que consistiria esse paradigma tradicional.<sup>5</sup>

A partir daí, KEYNES (1996) iniciou a *T.G.* estilizando aquilo que seriam os principais “pilares” da economia Clássica. Os *silogismos* aos quais Aristóteles se referiu na sua *Arte Retórica* já se apresentavam ali. A escolha das premissas do “modelo” Clássico por Keynes deu-se em conformidade com as velhas tradições do discurso persuasivo.

Dessa forma, segundo Keynes, a economia Clássica poderia ser entendida como aquela em que valeriam três princípios: “(1) O salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente; (2) Que não existe o que se chama de desemprego involuntário no seu sentido estrito; (3) Que a oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e emprego.” (KEYNES, 1996, p.58). Numa nada estranha coincidência, suas proposições (contrárias ao modelo anterior) apresentavam as alternativas teóricas mais consistentes exatamente nesses pontos. Mas, o que aconteceria se os questionamentos fossem primeiramente dirigidos à maneira como Keynes sintetizou o pensamento

---

<sup>5</sup> A não ser para os próprios keynesianos, essa delimitação do paradigma clássico realizada por Keynes, poderia, desde o princípio, ser questionada. Alguns problemas evidentes gerados por esse agrupamento realizado por Keynes sob o conceito de “Clássicos” e também pela afirmação de que as suas teorias dominavam o mundo, até aquele momento, podem ser verificados quando levamos em consideração que existem diferenças nada desprezíveis entre o núcleo de crenças dos economistas que seguiram Ricardo e os que consagraram a Revolução Marginalista. A escola austríaca também não poderia ser desprezada como campo distinto de pensamento, sobretudo naquela altura do desenvolvimento da economia, enquanto campo de estudos.

Clássico? Nesse caso, como costumeiramente acontece, criar-se-ia um impasse que, via de regra, não poderia ser resolvido.

Independente do fato de ser “legítimo” o artifício de se agrupar sob o rótulo de “Clássicos” economistas e obras que muitas vezes versavam sob problemas tão diferentes, o empreendimento de Keynes mostrou-se bem sucedido. Aparentemente, isso se deveu ao fato de ter encontrado pontos comuns na base das crenças esposadas por esses economistas (o que originou a definição de *postulados* chaves da teoria Clássica, aos quais Keynes fez referências). É bem verdade que até mesmo nesse caso, caberiam ressalvas. Teriam *todos* os economistas *Clássicos* compartilhado desses pressupostos? Errando ou acertando nessa tarefa, os manuais da economia incorporaram a definição de Keynes.

Como de costume se observa, haverá divergência entre as opiniões dos mais diversos estudiosos acerca do que caracterizaria o paradigma Clássico. De fato, seria muito improvável conseguir delimitar um paradigma sem alguma contestação.<sup>6</sup> Uma saída usualmente encontrada na literatura sempre foi apontar a principal ou as principais suposições básicas de um modelo e foi o que Keynes fez.

Não existe um medidor capaz de apontar qual suposição isolada venha a ser o elemento *determinante* do modelo / paradigma. Unicamente, ressalta-se que foi contra esses pontos que Keynes direcionou a maioria de seus argumentos. Por conseguinte, é a partir deles que se deve analisar o poder de *persuasão* e/ou *convencimento* dos seus escritos.

Ainda que não exista um acordo geral acerca de todos os pressupostos do paradigma Clássico, de forma geral, para finalizar essa questão, a literatura econômica reconheceu claramente a sua existência. Essa questão pode ser observada no exagero de SOLOW (1971, pp. 43-48) quando afirmou que, no seu entender, a economia Clássica era o **único** paradigma kuhniano na história da economia.

### 3.1. KEYNES REINVENTA UMA TRADIÇÃO

No processo de destruição do paradigma Clássico, Keynes reconheceu claramente o poder do discurso lógico de Ricardo e da afinidade desse discurso com os interesses de grupos específicos [capitalistas] no processo de adesão e sustentação do paradigma clássico. Mas, os estratagemas de Retórica utilizados por Keynes quando buscou estabelecer os acordos iniciais com o auditório, não se restringiram à escolha das premissas, nesses primeiros trechos do seu discurso.

O apelo à Malthus, por exemplo, já no começo de sua *T.G.*, um típico argumento de autoridade, utilizado por Keynes, quando se imaginou como um *continuador* da sua teoria da demanda (ao reconhecer a possibilidade da existência de uma falha no equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada na economia capitalista) ilustra também o potencial da *caixa de ferramentas* que estava por se abrir.

O capítulo de abertura de sua *T. G.* foi reservado a explicação do porquê da denominação de “*Teoria Geral*” para a obra que estava por apresentar. Como já se disse aqui, Keynes argumentou que seria sua a teoria que valeria em todas as ocasiões e esse é um argumento retórico já bastante conhecido.<sup>7</sup>

Logo a seguir, no segundo capítulo, Keynes apresentou a teoria que pretendia atacar enfatizando as três hipóteses básicas que a sustentariam – a lei de oferta de trabalho, a lei de

---

<sup>6</sup> É justamente por isso que, ainda hoje, se observa a emergência de trabalhos destinados a delimitar paradigmas ou a refutar as teses críticas que se baseiam em conceitos como heterodoxia e ortodoxia ou ainda crítica heterodoxa e crítica da ortodoxia. Ver, por exemplo, DAVIS, J. B. *The nature of heterodox economics*. Post-autistic economics review, issue n.o 40, 1 december 2006, article 3, pp.23-30. <http://www.paecon.net/PAERreview/issue40/Davis40.pdf> e também: LISBOA, M. de B. (1998). “A Miséria da Crítica Heterodoxa Primeira Parte: Sobre as Críticas,” Economics Working Papers (Ensaio Economicos da EPGE) 324, Graduate School of Economics, Getulio Vargas Foundation (Brazil).

<sup>7</sup> Cf. ARIDA (2003)

demanda de trabalho e a lei de Say - às quais ele resumia toda a tradição anterior,<sup>8</sup> prevenindo o leitor de que “*essas três hipóteses, entretanto, equivalem-se entre si, no sentido de que subsistem ou desmoronam juntas, pois qualquer delas depende, logicamente, das outras duas*” (KEYNES, 1996, p. 58).

Uma vez feito isso, o caminho para a demolição do paradigma anterior estava traçado, partiria da tentativa de falsear uma ou todas essas hipóteses básicas às quais representariam, segundo ele, o núcleo do paradigma Clássico. Analisando a sistemática de apresentação dos “postulados” do mercado de trabalho, tem-se um convite a uma análise do tipo “superação positiva” em que Keynes estaria consertando um equívoco presente no esquema analítico anterior (até então aceito pela comunidade dos cientistas).

Outro estratagema evidente nessa empreitada é o que SCHOPENHAUER (1997) chamaria de “*ampliação indevida*”. Isto é, exagerar o alcance e a amplitude das teses que se pretende falsear, tornado-as válidas para um sem número de casos para os quais elas não foram inicialmente apresentadas como premissas ou que não dependam dela para serem verificados e que sirvam exclusivamente ao propósito de serem falsificadas por um confronto com uma “realidade” específica. Esse poderia ter sido o caso da lei de Say.

No capítulo terceiro da *T.G.*, Keynes atribuiu tanto à *lógica* característica das teses ricardianas como às suas afinidades com os interesses empresariais de sua época (*elementos arbitrários* e externos às teorias) grande parte do sucesso que elas alcançaram. Isto é, o sucesso ricardiano não se devia, segundo ele, a qualquer confronto entre suas teorias e o “mundo real” (esse último, o confronto entre a teoria e o “mundo real”, Keynes imaginava que sustentassem as suas próprias teorias).

Conclui-se daí que Keynes soubesse que a derrubada de uma teoria não se fizesse apenas com “evidências” empíricas que a negassem a todo o instante. Para a execução dessa tarefa, seria necessário oferecer uma outra teoria que a substituísse a fim de se almejar algum êxito.

De igual forma, seria necessário que essa nova teoria encontrasse respaldo junto a comunidade de cientistas e diante da opinião pública esclarecida. Malthus (que já houvera reconhecido alguns desses “equívocos” ricardianos) não foi capaz de fazê-lo, segundo Keynes, e isso explicaria o seu fracasso no duelo travado com Ricardo. Esse ponto de vista é claramente alinhado com as proposições Retóricas acerca da necessidade de conquistar o auditório e, também, com as proposições de Thomas Kuhn, para o qual:

Uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la. (...) o juízo que leva os cientistas a rejeitarem uma teoria previamente aceita, baseia-se sempre em algo mais do que essa comparação da teoria com o mundo. Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, bem como sua comparação mútua. (KUHN, 2000, p 108)

Enfaticamente, KEYNES (1996, p. 66) afirmava estar *convencido* de que a vitória ricardiana se devia a um complexo de afinidades entre a sua doutrina e o meio em que foi lançada. Ele acreditava que o fato de suas teorias terem chegado a conclusões inteiramente diversas das que poderia esperar um “homem comum” teria contribuído para o prestígio pessoal de Ricardo.

Deu-lhe virtude a circunstância de que seus ensinamentos, transportados para a prática, eram austeros e, por vezes, desagradáveis. Deu-lhe primor o poder sustentar uma superestrutura lógica, vasta e coerente. Deu-lhe autoridade o fato de poder explicar muitas injustiças sociais e crueldades aparentes como incidentes inevitáveis na marcha para o progresso, e de poder mostrar que a tentativa de modificar esse estado de coisas tinha, de modo geral, mais chances de causar danos do que benefícios. (KEYNES, 1996, p. 66)

---

<sup>8</sup> No original, “(1) O salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente. (2) Não existe o que se chama de desemprego involuntário no seu sentido estrito. (3) A oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e emprego” (KEYNES, 1996, p. 58).

Assim, como vimos, Keynes concluiu que a facilidade da aceitação das idéias de Ricardo pelos capitalistas e pelas forças sociais dominantes derivava-se do fato dela [a teoria de Ricardo] justificar a atuação dos capitalistas. Paralelamente, o esquema analítico que Keynes estava por apresentar teria essa mesma “virtude”, a de não propor reformas nas bases do modo de produção capitalista precisamente num momento em que no hemisfério ocidental o sistema econômico mergulhava em uma crise sem precedentes, ao passo em que, do outro lado do planeta, um modo de produção alternativo passava incólume pela crise dos anos 1930s.

A teoria que, de alguma forma, apareceu como descendente de uma tradição anterior, converteu-se assim também numa “causa justa” ao defender a possibilidade de preservar o sistema capitalista. *Retóricas*, para todos os gostos!

A *T. G.* tornou-se assim, numa peça fundamental para a conversão dos economistas - até então apegados ao paradigma anterior - ao novo paradigma. Propôs-se, teoricamente, alternativas de políticas capazes de recuperar a demanda agregada em queda, fazer subir o nível de lucros (ou os retornos esperados sobre o capital empregado), recuperar a *confiança* do empresariado e induzir os novos investimentos. Deu-se também suporte teórico para um conjunto de ações de governo destinadas a reduzir o desemprego, demonstrando o impacto do gasto desse agente econômico sobre as demais atividades econômicas, justificando assim a maior atuação desse agente dentro das economias capitalistas, num momento em que muitos estavam desejosos por isso.

Mas, não foi sempre baseado em teorias alternativas que Keynes removeu os pressupostos da teoria econômica tradicional com a qual rivalizava. No processo de contestação das leis Clássicas que regulavam o mercado de trabalho, podemos perceber o uso de estratégias típicas de um discurso dirigido. Segundo KEYNES (1996), para o ajuste no mercado de trabalho (com a redução do desemprego) haveria a necessidade de se levar em consideração os efeitos complicadores, advindos do “mundo real”, não resolvidos pelo *mecanismo Clássico*.

A redução dos salários reais, segundo Keynes, deveria ser realizada por meio de uma defasagem salarial, mantendo os salários nominais fixos enquanto os preços se aceleravam, ou, o que é a mesma coisa, reajustando os salários nominais em proporções menores do que o aumento dos preços. Mas isso não foi apresentado como quebra de um “postulado” já que a empresa estaria obtendo o mesmo resultado, isto é, experimentando uma redução de custos por trabalhador. A ruptura com a teoria tradicional estava relacionada com a postura dos trabalhadores diante de uma queda no salário real, proporcionada pela defasagem salarial. Nesse caso, contrariando a tese Clássica, não se observaria aumento de desemprego voluntário, pois os trabalhadores aceitariam esse expediente alternativo.

Para sustentar seu ponto de vista, Keynes se referiu ao “fato” de que a “observação” da “vida real” forneceria “elementos empíricos” que dificultariam o funcionamento do sistema Clássico (como a rigidez dos contratos) e as manifestações contrárias [greves dos trabalhadores] em resposta às políticas de redução de custos de produção- via cortes nominais de salários- faziam com que o argumento keynesiano em favor da defasagem parecesse ser bem mais plausível.

Apresentado como uma inovação, na *Teoria Geral*, o artifício de redução de salários reais de Keynes, empreendido através da defasagem salarial ao invés de um corte nominal de salários, não inviabilizou, falsificou ou contradisse o princípio básico que governava esse “postulado”, como ele pareceu desejar. Tratou-se precisamente do mesmo com relação aos propósitos. Era o corte de salários reais que iria trazer de volta o equilíbrio no mercado de trabalho, em última instância, e era apenas a forma de obtê-lo que mudava num caso em relação ao outro.

Mesmo assim, algumas considerações deveriam ter sido feitas para sustentar essa lógica. E é com bastante cuidado, por exemplo, que se deve analisar a maneira como Keynes aceitou rapidamente as resistências aos cortes nos salários nominais por parte dos trabalhadores como *empecilhos* quase que intransponíveis para a operação do ajuste Clássico, apelando para as observações da “prática” ou do “mundo real”. Tentar invalidar uma teoria a partir de afirmações de que só seriam válidas enquanto construtos, mas inaplicáveis “na prática” é outro dos estratagemas apresentados por SCHOPENHAUER (1997) já no século XIX.

A discussão sobre o ajuste via salários, por exemplo, poderia facilmente ir à outra direção e se voltar para a necessidade de se romper com o poder dos sindicatos ao contrário de aceitá-lo como Keynes o fez. Nesse caso, o mecanismo de ajuste nos salários, apregoado pela economia Clássica, poderia funcionar melhor, já que o mesmo se faria, nos planos teóricos e “práticos”, numa atmosfera de plena flexibilidade de mercado e esse tipo de rigidez, derivada da organização sindical e, principalmente, de leis e regulamentações governamentais, é que poderia, por sua vez, ser a causa da ineficácia do mecanismo de ajuste. Temos aqui um exemplo típico da dificuldade inerente da análise de teorias circunscritas na esfera das “ciências” não-naturais e pela hipótese *Duhem-Quine*<sup>9</sup> e nada podemos afirmar em definitivo sobre o acerto ou a incorreção dessa análise.

Na retórica keynesiana, um ponto que não poderia passar despercebido, quando o assunto é a *demanda efetiva* - tema abordado a fundo a partir do terceiro capítulo da *T.G.* - foi a ausência de referências às teses marxistas de superprodução, que seriam plenamente cabíveis já nesse capítulo e que, por muitas vezes, poderiam subsidiar algumas das conclusões de Keynes - isto é, que o capitalismo liberal, governado pela filosofia do *Laissez-faire*, tenderia ao colapso.

Não se deve duvidar do fato de que Keynes tivesse amplos conhecimentos da teoria marxista. Implícita e explicitamente, isso ficou claro em vários momentos da sua *T. G.* A própria definição de “economistas Clássicos” foi tomada por empréstimo de Marx - como ele advertiu, em nota de rodapé, já no primeiro capítulo da *T.G.* Muitos pontos de vista apresentados na *T.G.* também encontrariam respaldo no *Capital* de Marx, como por exemplo, a tendência a uma queda na eficiência marginal do capital [ainda que tratada por outro nome]<sup>10</sup> em longo prazo, a constituição de fundos de reserva para a depreciação do capital desgastado, etc.

A ausência dessas referências à Marx, numa obra que iria propor a intervenção do governo na esfera de produção, parece-nos ser muito menos accidental do que se imagina. Esse cuidado, principalmente nas primeiras páginas da obra de Keynes, teve por objetivo afastar do público qualquer tentativa de filiá-lo a um grupo tão heterodoxo e combatido pelo auditório dos economistas profissionais da época - a quem se dirigia - como o era o grupo marxista. O apelo à “autoridade” de Malthus foi muito mais útil para esse fim.

Outro ponto interessante, na exposição de Keynes, residiu na abordagem do papel do dinheiro, ou o que é o mesmo, na abordagem da economia monetária na *Teoria Geral*. CORAZZA (2006) apontou para essa questão mostrando-se surpreso com o fato de Keynes ter deixado de lado discussões anteriores, presentes em outros de seus trabalhos - sobretudo no *Tratado do Dinheiro* - e, inclusive, nos rascunhos da *T.G.* Para esse autor, não ficou claro o motivo que levou Keynes a abandonar a discussão do papel do dinheiro como “*um fim em si mesmo*”, um ativo especial na economia capitalista em favor de uma nova posição onde o dinheiro se constituiria num ativo entre tantos outros que, ao mesmo tempo em que era uma forma alternativa de guardar a riqueza, teria também características diferentes das demais. Nesse estudo, CORAZZA (2006) se socorreu de CARVALHO (1989) que apontou entre as razões para tal empobrecimento dessa discussão o fato de que:

Keynes pretendia que essa discussão abrisse a *TG* ... Mas esta forma de organização, porém, parecia destinada a mostrar de forma radical a ruptura de Keynes com o quadro ortodoxo ... Na versão final, esta ruptura é, de certo modo, atenuada, talvez para facilitar a aceitação do novo modelo. É apenas em 1937, em resposta a seus críticos, que Keynes parece ter-se decidido a finalmente radicalizar o debate, recolocando-o nos caminhos propostos nas primeiras versões da *TG*" (CARVALHO, 1989, p. 181 *apud* CORAZZA, 2006, p. 6)

Concordamos com CARVALHO (1989), trata-se de mais um exemplo de como, em qualquer trabalho, as *escolhas* são importantes para o sucesso de uma argumentação.

### 3.2. DA UTILIDADE DA “CONFUSÃO” NA *TEORIA GERAL*

<sup>9</sup> Que garante que as observações empíricas não estão colocadas, de forma alguma, como que independentes da ação de hipóteses de algum arcabouço teórico

<sup>10</sup> Ainda que os marxistas mais aficionados possam considerar tal analogia como um *crime*, a tendência de queda da EMgK é similar e tem praticamente os mesmos efeitos “danosos” para a economia capitalista que a tendência da taxa de lucro em longo prazo apregoada por Marx. Podemos, por outro lado, tratá-las como equivalentes se observarmos a finalidade a que ambas estão sujeitas: ampliar o capital.

À parte as consagradas idiossincrasias de Keynes, que abordou de forma desordenada determinados temas e algumas variáveis analíticas em capítulos que precediam as suas definições conceituais (onde, por exemplo, as considerações sobre os efeitos da *propensão a consumir*, presentes no capítulo terceiro da *T. G.* só poderiam ter ficado claras para o leitor a partir do oitavo capítulo da mesma obra – quando ele então a definiu) e excluindo-se também as constantes digressões que permearam o texto da *T. G.*, em conjunto com as nada usuais referências a apêndices distantes das discussões em foco, em determinados pontos do livro – o que, a nosso ver justificariam as acusações de confusão excessiva, na organização da obra - há também outro tipo de *obscuridade* na mensagem de Keynes, muito menos *acidental*, quando da exposição de certas idéias.

Centrando nossa atenção nos capítulos onze e doze, quando Keynes discutiu de maneira aprofundada os motivos que levavam o empresário a investir, notamos que havia um objetivo persuasivo nessa confusão – também percebida por CROCCO (2006) - na sistemática da utilização de dois métodos diferentes nas suas abordagens.

O primeiro deles partiu da análise das decisões empresariais de investir no *âmbito microeconômico* (capítulo onze) como resultado da comparação de cálculos entre a magnitude da eficiência marginal do capital e da taxa de juros. Apontando para um método objetivo, derivado de fundamentos microeconômicos, na esfera de decisões individuais, Keynes deixou transparecer que haveria a possibilidade do empresário agir como se soubesse ou que fosse possível a ele antever os resultados esperados em termos de lucros gerados pelo investimento. Já num segundo momento, no capítulo doze, apresentou argumentos que faziam o investimento depender da análise dos desdobramentos do *macroambiente*, governado pela *incerteza* a qual era incompatível com qualquer aproximação de resultados futuros, com inteira confiança, mesmo que se utilizando da teoria das probabilidades como *proxy* analítica. Por que Keynes teria apresentado sua teoria do investimento dessa maneira? Teria sido essa uma tentativa de microfundamentar suas macroteorias?

Não se pretende dar uma resposta a essa pergunta aqui, mas é sobremaneira evidente que, se a sistemática da argumentação do capítulo dois partiu de elementos aceitos pelo público como tática para a aceitação do discurso que estava por vir, pode-se ler os dois últimos capítulos analisados (onze e doze) com os mesmos óculos. Teria Keynes imaginado que uma argumentação que partisse do indivíduo tivesse mais sucesso?

Se a resposta para essa pergunta for um “sim” a técnica teria sido utilizada para, uma vez que aceita e introduzida a nova variável relevante, voltar-se a atenção do público para essa variável que, como se viu no capítulo onze, foi extensivamente alardeada como sendo a mais importante na tomada de decisão sobre o investimento. Nessa argumentação, a eficiência marginal do capital, que deu nome ao referido capítulo assumiu a posição de destaque e deixou de lado a sua contraparte, a taxa de juros, reconhecidamente a variável mais relevante para a determinação do investimento no paradigma anterior.

O caminho estava aberto, então, para a análise da incerteza sobre as decisões de investimento, algo que seria discutido no capítulo doze, e essa variável analítica passaria a exercer uma força perturbadora na eficiência marginal do capital, de sorte que poderia explicar as flutuações excessivas no investimento e, conseqüentemente, na demanda agregada.

A tentativa de fazer a eficiência marginal do capital depender também das observações das variações no consumo, no entanto, resgatada no capítulo dezesseis – entre outras coisas, só obteria sucesso se relaxássemos a hipótese Clássica de que os trabalhadores recebiam um salário de subsistência.<sup>11</sup> Talvez seja exatamente por isso que Keynes tenha evitado discutir o assunto.

No referido capítulo, Keynes se utilizou de argumentos metafóricos, relativos ao cotidiano, para desautorizar a idéia Clássica de que as abstenções de consumo exerceriam efeitos positivos sobre a economia, dada a destinação do montante de recursos não consumidos para a produção. Keynes era contra essa idéia e, para iniciar a sua discussão, disse que:

---

<sup>11</sup> Em tempo: tal hipótese é explicitamente defendida por Smith e Ricardo em suas mais importantes obras. E, em nenhum trecho da Teoria Geral, Keynes a contestou.

Um ato de poupança individual significa – por assim dizer- uma decisão de não jantar hoje, mas não implica, necessariamente, a decisão de jantar ou de comprar um par de sapatos daqui a uma semana ou um ano, ou de consumir uma coisa específica numa data especificada. Assim sendo, produz um efeito depressivo sobre as atividades econômicas aplicadas na preparação do jantar de hoje, sem estimular as que preparam algum ato futuro de consumo. (KEYNES, 1996, p. 209)

Deriva-se daí que, a decisão de se abster de consumo exerceria efeitos negativos na eficiência marginal do capital, por gerar expectativas negativas quanto ao futuro dos negócios, uma vez que no processo de formação de expectativas de longo prazo (abordado no capítulo doze) o estado de confiança nos negócios seria abalado pelos prejuízos no presente. Generalizando a decisão de “não jantar hoje” algo que nos parece possível para qualquer ser humano, e que difere fundamentalmente de “não consumir hoje”, pode-se imaginar que os consumidores pudessem optar por se absterem de consumo sistematicamente. Essa seria uma hipótese bastante forte se eles pudessem adquirir apenas o volume de bens necessários para sobreviver. Uma discussão mais aprofundada acerca da possibilidade de tal fato ocorrer, seria bem vinda [ou não, como nesse caso].<sup>12</sup> Surpreendentemente, essa inconsistência de argumento foi deixada de lado pela maioria dos estudiosos, inclusive pelos críticos, que tiveram o seu foco de atenção desviado para a teoria dos investimentos.

Em especial, acerca da confusão intencional na elaboração da *T. G.* chama ainda atenção a organização do capítulo vinte e três, onde Keynes fez uso, literalmente, de **dezenas** de citações diretas, na maioria das vezes, antecedendo a abordagem de assuntos polêmicos - num claro contraste com o seu estilo de argumentação nos demais capítulos. Pouco discutido pelos seguidores da tradição keynesiana na economia e, menos ainda pelos seus críticos, o referido capítulo intitulado “*Notas sobre o Mercantilismo, as Leis contra a Usura, o Dinheiro Carimbado e as Teorias do Subconsumo*” versava sobre uma série de temas controversos na economia e via-de-regra apontava ou fazia alusão à determinadas ações do Estado que seriam justificadas (em termos de controles normativos e positivos) em certas ocasiões.

A começar pela discussão das idéias, amplamente difundidas, dos ganhos econômicos advindos da divisão internacional do trabalho e da lei das vantagens comparativas de comércio internacional, Keynes demonstrou que a “vitória” da economia Clássica jogou por terra muitos ensinamentos importantes originários do pensamento mercantilista. [Corrente que pregava, entre outras coisas, o protecionismo comercial como indutor da riqueza nacional]

Mas, a sua argumentação, favorável a esses ensinamentos mercantilistas, não principiou de forma a tentar invalidar a teoria das vantagens comparativas de Ricardo ou as vantagens da divisão do trabalho em escala internacional. Keynes, aliás, admitiu que certas tentativas de fechamento da economia pudessem resultar em perdas de eficiência econômica – conclusão perfeitamente alinhada com o paradigma Clássico, que atacava – bem como impactos sobre os custos de produção e outros atritos. Assim sendo, não atacou a lógica aparente da validade dos argumentos Clássicos que as subsidiavam.

Seus argumentos partiram de outro ponto, presente nas obras mercantilistas: a acumulação de saldos comerciais positivos [derivada do protecionismo, não nos esqueçamos], com acúmulo de saldos em dinheiro como reflexo, teria como impacto uma redução na taxa de juros no mercado interno. O saldo positivo entre o montante exportado e a sua contraparte em importações seria refletido numa redução do estoque de mercadorias para o mercado interno – o que afetaria positivamente a eficiência marginal do capital e desestimularia a preferência pela liquidez - favorecendo os negócios locais. O nível da taxa de juros foi ainda analisado sob argumentos precedentes com relação aos “perversos” efeitos da usura sobre a economia em tempos remotos.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> A discussão sobre os efeitos do adiamento de consumo seria muito menos controversa se fosse restrita ao consumo de bens de luxo.

<sup>13</sup> “O juro elevado arruína o Comércio. As vantagens do juro são maiores que o lucro do comércio, o que leva os comerciantes ricos a retirar-se colocando os seus haveres a juros, e os comerciantes menores à falência”. LOCKE (1621) *A letter to a friend concernig usury*. **Apud** KEYNES (1996, p. 317)

A abordagem desses temas, excessivamente referenciados por autores consagrados, claramente abria passagem para outras observações difusas de autoria do próprio Keynes, no mesmo capítulo vinte e três, que apontavam para os benefícios de uma economia protegida onde, em complemento, o Estado pudesse praticar ainda uma política de controles do nível da taxa de juro, inclusive justificando ações de cunho bastante heterodoxo.

Outro ponto que merece destaque, na discussão do capítulo vinte e três, é a visão positiva de Keynes acerca da necessidade de uma melhor distribuição de renda e dos equívocos de se estimular a poupança nas economias. O propósito dessa discussão que ele empreendeu era resgatar a importância das flutuações no consumo para a explicação da Demanda Efetiva.

Cumprе ressaltar que, à primeira vista, se Keynes tivesse concentrado sua discussão sobre o consumo em dois ou três capítulos, a economia teria dado muito mais atenção às suas preocupações com relação às flutuações nessa variável.<sup>14</sup> O fato mais interessante nessa discussão é que uma melhor distribuição de renda exerceria um impacto “positivo” na propensão a consumir da comunidade como um todo, aumentando-a. Por conseguinte, o multiplicador keynesiano também se moveria na mesma direção, potencializando os efeitos das políticas econômicas de recuperação da renda e do emprego.

Assim é que Keynes dedicou-se em cerca de dez páginas a defender a necessidade de que a sociedade abandonasse a idéia de frugalidade e que se desestimulasse a formação de poupanças em excesso. Nota-se que ele teve excessivo cuidado ao abordar tais temas nas últimas páginas de seu livro. Utilizando-se de analogias e até mesmo do conto de uma fábula (a fábula das abelhas, de Bernard Mandeville)<sup>15</sup> Keynes tentou passar a idéia de que uma sociedade que fosse governada pelo princípio da prudência com relação ao consumo tenderia a ficar em piores condições do que se tivesse um comportamento perdulário. A idéia que movia essas considerações era, obviamente, reforçar a necessidade de repensar a importância da poupança na economia.

Mas foi com relação à distribuição de renda que Keynes se mostrou ainda mais comedido, no capítulo vinte e três. Os primeiros argumentos que relacionaram a má distribuição de renda com o excesso de poupança apareceram na *T. G.* nas palavras de outro autor, Malthus [a quem Keynes já havia atribuído o crédito pela percepção de que a demanda efetiva poderia se apresentar deficiente, no capítulo três].<sup>16</sup> Tratava-se, portanto, do mesmo Malthus que ele se imaginou continuando com relação à abordagem da deficiência de demanda outrora. A linha de raciocínio pretendia demonstrar que, numa sociedade caracterizada pela excessiva concentração de renda, uma redistribuição da riqueza em favor dos pobres tenderia a aumentar a propensão média a consumir, aumentando assim o multiplicador do investimento. Keynes era favorável a uma redistribuição da renda via tributação das grandes fortunas e das heranças pelo Estado, como deixou transparecer na *T.G.*, mas esse assunto era por demais polêmico para seu público.

Talvez fosse por isso que, no capítulo vinte e quatro, ele tenha sentido a necessidade de completar essa argumentação levando em conta também os inconvenientes de um **exagero** de tal política. Keynes percebeu, desde o princípio, que a acolhida desse tema poderia não ser tão positiva pelo público ao qual se dirigia e, justamente por isso, após apresentá-la, sugeriu limites para esse

---

<sup>14</sup> Fernando Ferrari Filho, professor de economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, afirmou, por exemplo, que, para Keynes, a discussão da necessidade de uma melhor distribuição de renda para um aumento na PMgC é “marginal” haja vista que a PMgC é “relativamente estável”. FERRARI FILHO, F. “Keynes e o sistema monetário internacional”. Palestra.In: **Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Curitiba: UFPR, 25/05/2006.

<sup>15</sup> Sobre o uso das fábulas como “exemplos”, escreveu Aristóteles (2005, p.144) “*As fábulas convêm ao discurso e têm a vantagem de que, sendo difícil encontrar no passado acontecimentos inteiramente semelhantes, é muito mais fácil inventar fábulas. Para imaginá-las, assim como as parábolas, basta reparar nas analogias, tarefa esta facilitada pela Filosofia. É, pois, mais fácil encontrar argumentos pelas fábulas, se bem que os argumentos que derivam dos próprios fatos sejam mais eficazes, nas deliberações públicas*”.

<sup>16</sup> “Vemos, em quase todas as partes do mundo, imensas forças produtivas que não entram em ação, e explico este fenômeno dizendo que por falta de uma boa distribuição dos produtos existentes não há motivos adequados para continuar a produzir(...) Sustento, firmemente, que o esforço de acumular muito depressa implica uma diminuição considerável do consumo improdutivo e deve, enfraquecendo muito os motivos habituais da produção, levar a uma prematura estagnação o progresso da riqueza” Carta de Malthus a Ricardo. 07/07/1821 (KEYNES, 1996, p. 332)



tipo de política que deveriam levar em conta o fato de que um excesso de tributação poderia levar à evasão fiscal e ao desestímulo à produtividade no plano individual.

No mesmo capítulo vinte e quatro, o autor ainda apresentou algumas justificativas - fora de sua teoria - para as disparidades de renda, afirmando que tais disparidades seriam “*naturais*”. Keynes salientou, no entanto, que essas disparidades de renda se encontravam **exageradas** em sua época e, numa frase nada sutil, sugeriu medidas corretivas. Numa frase nada sutil, sugeriu inclusive que “*seria preferível que alguém tire o seu saldo no banco, do que seus concidadãos*”, referindo-se ao papel que o Estado poderia desempenhar na redução dessas desigualdades. Mas, pouco se pode encontrar, além disso, de forma explícita, em termos de sugestões de práticas de atuação.

Isso porque, tais observações poderiam soar como uma “Revolução” significativa para a economia capitalista e, por isso, Keynes tratou de não dar espaço para conclusões “perigosas” daí derivadas, ou seja: que ele estivesse propondo mudanças na base do sistema capitalista. É importante que se observe que uma característica facilitadora da difusão da proposta keynesiana era o fato de esta não ir contra o sistema capitalista. É exatamente por oferecer uma estrutura teórica alinhada com a manutenção dos interesses da classe capitalista que se tornou até certo ponto comum encontrar na literatura econômica referências a Keynes como sendo “*a salvação do capitalismo*”.<sup>17</sup>

Nessa linha de raciocínio, as propostas keynesianas poderiam ser recebidas como um mal menor, uma concessão para evitar a “catástrofe”, entendida como o desmantelamento da economia capitalista (com o seu provável abandono em favor de outro sistema). Nas últimas páginas da *Teoria Geral*, Keynes, aliás, tomou o cuidado de deixar claro aquilo que pretendia romper e aquilo que pretendia conservar:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. (KEYNES, 1996, p.345).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo demonstrar que o sucesso da “Revolução” Keynesiana em atingir a condição de *mainstream* na economia não se deveu exclusivamente a elementos próprios do arcabouço teórico apresentado por Keynes na *Teoria Geral*.

A pesar de ser tratada aqui como uma típica “Revolução Científica” à la Kuhn (por ter rapidamente subvertido o paradigma anterior e conquistado a academia na sua quase totalidade) muitas das teses keynesianas se apresentaram tão passíveis de contestação, pelo confronto com a natureza, quanto algumas das teses Clássicas.

A partir da análise da forma como Keynes apresentou e articulou seus argumentos, ora contando verdades parciais, ora eliminando o *corpus* da prova em contrário (apelando também para proposições *ad hoc*, estabelecendo convenções etc.) é possível perceber que uma justificativa de parte do sucesso obtido pela *Teoria Geral*, no arrebatamento de seguidores, se deveu à Retórica de Keynes. Pode-se perceber a confecção de um texto com todas as partes de um *discurso persuasivo* apontadas por Aristóteles em sua “*Arte Retórica*”.

Keynes confeccionou a *T.G.* principiando por um **Exórdio**, uma introdução do discurso que chamava a atenção para o que se pretendia dizer, induzindo o leitor a fazer concessões e conjecturas em favor de teses que pretendia introduzir e também a se afastar de outras. Apresentou “**Provas**”

<sup>17</sup> Cita-se, como exemplo, HOBBSAWM (1992) e BLEANEY (1985).

demonstrativas, utilizando-se de alguns elementos do passado para aconselhar sobre o futuro. Percebe-se também a **Peroração** que é a parte final do discurso, o epílogo. Nessa fase do discurso, o orador traz o ouvinte para o seu lado, amplia ou atenua o que foi dito. Posteriormente, mexe com as paixões do ouvinte para, depois, recapitular, retomar a idéia principal. Não se defendeu, todavia, que esses elementos do discurso tivessem desempenhado papel predominante na aceitação das teorias ali descritas, nem que se constituíram nos **principais elementos exteriores** que contribuíram para o bem sucedido processo de conversão dos membros da comunidade dos cientistas profissionais.

Não resta dúvida, também, que a eleição do *hardcore* Clássico realizada por Keynes se deu com o intuito deliberado de confrontar a natureza com os pontos mais frágeis desse arcabouço teórico. A escolha de *cânones* do pensamento econômico para principiar partes importantes de seu discurso, como foi o caso de Malthus e suas afirmações sobre a possibilidade da existência de falhas na demanda efetiva, também foi útil para o sucesso de sua argumentação. Por outro lado, o esquecimento de Marx teve igual valia em muitos aspectos, sobretudo no que diz respeito a desfiliação de Keynes desse *grupo* tão “incômodo”.

O uso das metáforas por Keynes lhe serviu aos mais diversos fins. Em determinados momentos, ridicularizou-se muitas das afirmações da teoria atacada e, em outros, aproximou, através de elementos da linguagem, algumas de suas teorias aos fenômenos da natureza, aos olhos do auditório. A linguagem metafórica de Keynes foi ainda auxiliada pelo uso de diversas técnicas de abordagens indiretas de determinados assuntos, ora recorrendo a digressões que chamavam alguma autoridade para o debate, ora diluindo assuntos controversos, por diversos capítulos, de forma a criar certa confusão. Essa característica do texto keynesiano, a princípio, poderia ser imaginada como desnecessária por algum leitor desavisado (fruto do estilo do autor), mas, na realidade, revelou-se de grande valia.

Foi devido a essa confusão que não se conseguiu observar, num primeiro momento, quão ousada era a sua visão a respeito de outros assuntos polêmicos, marginalmente inseridos no seu discurso. Como exemplo, pode-se citar o alcance das políticas distributivas nos capítulos vinte e três e vinte e quatro da *T.G.* (o qual era bem maior do que muitos imaginavam).

No decorrer do processo de difusão das teorias keynesianas ao longo dos tempos, também não se observou alguns espaços vazios existentes em muitas de suas teses (alguns preenchidos com argumentos totalmente *ad hoc*). Como exemplo, sua teoria do investimento, com especial ênfase na discussão da incerteza. Talvez seja por isso que se abriu espaço para trabalhos de outros autores num esforço por “interpretar” a mensagem principal da *Teoria Geral*. Parece, todavia, que os trabalhos que se guiaram por esse objetivo encontraram resistências maiores que a própria obra que os originou, segmentando assim parte de sua platéia sob diversos programas derivados. Contudo, no caso da *Teoria Geral*, isso em nada reduziu o caráter científico de muitos de seus ensinamentos.

## REFERÊNCIAS

- ANUATTI NETO, F. “Persuasão racional: uma análise do esforço de Keynes na formação de uma opinião favorável à mudança nas políticas econômicas”. IN: GALA e REGO (2003)
- ARIDA, P. (1983). A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. IN: REGO (1991)
- \_\_\_\_\_. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica.** In: GALA e REGO (2003).
- BIANCHI, A. M (1992). Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. Revista de Economia Política. 12(2): 135-142.
- BIANCHI, A. M; NUNES, R. (2003). Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da História do Pensamento Econômico. Econômica, v. 4. p. 153-176.
- BLAUG, M. (1998). Disturbing Currents in Modern Economics. Challenge, V. 41, No. 3, p.11-34.
- BLEANEY, M. The rise and fall of keynesian economics: an investigation of its contribution to capitalist development. London: Macmillan, 1985

- CALDWELL, B. J. (1984) *Beyond Positivism – economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin
- CARVALHO, F. C. (1989). Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (org.) (1989). *Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Marco Zero.
- CHALMERS, A. F. (1994). *O que é ciência afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense.
- CORAZZA, G. (2006). Keynes e o nosso tempo: Estado, Moeda e Liberalismo. Anais do IX Encontro Regional de Economia da Anpec – Anpec Sul. Florianópolis: UFSC.
- CROCCO, M. (2006). “Probabilidade, Incerteza e Tomada de Decisão em Keynes”. Palestra. In: Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Curitiba: UFPR, 25/05/2006
- FERNÁNDEZ, R. G. (1999) *Retórica y Economía: Argumentos a favor del pluralismo y de la Conversación Civilizada*. In: SCARANO, E. (ed.) *Metodología de las ciencias sociales: Lógica, Language y Racionalidad*. Buenos Aires: Macchi, p. 283-301.
- HOBSBAWM, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. (org.) *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, pp. 93-106.
- KEYNES, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1996.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MAYER, T. (1993). *Truth versus Precision in Economics*. Aldershot: Edward Elgar.
- McCLOSKEY, D. (1983) *The Rhetoric of Economics*. *Journal of Economic Literature*, 21.
- McCLOSKEY, D. (1991). *Economics Science: a Search Through the Hyperspace of Assumptions?* *Methodus*, 3 (1): 6-16.
- PEREIRA, L. C. B. (1996). Entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira. In: BIDERMAN, C; COZAC, L. F. L; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- REGO, J. M. (org) (1991) *Revisão da crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Bial.
- SCHOPENHAUER, A. (1997). *Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias*. Rio de Janeiro: Topbooks editora.
- SOLOW, R (1971). *The state of economics*. *American Economic Review*, v. LXIX, 43-68.
- WOO, H. K. H. (1986) *What's Wrong with Formalization in Economics? An Epistemological Critique*. Neward: Victoria Press.